

ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: RELATOS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Caroline Borges da Silva^{*}
Dagmar Bittencourt Mena Barreto^{**}

RESUMO

A tecnologia educacional tem evoluído muito rápido ao longo dos anos, no entanto, a acessibilidade para os alunos com deficiência visual ainda carece de investimento e planejamentos de médio e longo prazos. Nesta pesquisa teve-se como propósito descrever a percepção de alunos com deficiência visual sobre as estratégias de acessibilidade utilizadas por eles no contexto do ensino superior. Quanto ao método, a pesquisa teve caráter descritivo, participaram dela quatro alunos com deficiência visual. Como instrumento de coleta de dados foi utilizada uma entrevista com roteiro semiestruturado. Entre os resultados apresentados destaca-se a percepção dos alunos de que há uma limitação no que se refere a materiais de apoio pedagógico e em especial a livros em braille, nas diferentes áreas do conhecimento. Destacaram, ainda, que os professores não apresentam formação adequada quanto aos processos de acessibilidade e inclusão. Por fim, apresentaram algumas críticas em relação ao acesso aos bancos de dados como Scielo e Periódicos Capes, bem como a *homepage* e o sistema acadêmico da instituição de ensino superior na qual estudam. A conclusão aponta para a necessidade de dar a devida atenção às críticas e sugestões dos alunos, de forma permanente e não restrita às emergências tão comuns no ambiente acadêmico. Palavras-chave: Inclusão. Ensino superior. Pessoa com deficiência. Acessibilidade. Deficiência.

1 INTRODUÇÃO

O debate em torno da inclusão de pessoas com deficiência nos diferentes espaços da vida social está interligado a uma discussão mais ampla e, no caso do ensino superior, está diretamente ligado à premissa de direito de todos à educação e à igualdade de oportunidades de acesso e permanência; ou ainda, mais que isso, a expectativa de qualidade e sucesso na busca de uma formação profissional que possa dar perspectivas positivas para o futuro em relação ao mundo do trabalho.

O avanço nas políticas inclusivas tanto no âmbito do Estado de Santa Catarina quanto da União permitiu um acréscimo de proporções geométricas de alunos com deficiência no ensino superior. Esse aumento significativo de alunos ingressantes nas instituições de ensino superior, apesar de uma realidade anunciada, “pegou” muitas instituições despreparadas para atender às demandas e às necessidades de modificações tanto de ordem estrutural quanto de instrumentação didático-pedagógica por parte dos professores.

Um caminho viável para equalizar diferentes problemas advindos do próprio processo de inclusão e da desinformação de boa parte da comunidade acadêmica é aprender com os alunos com deficiência, que ao longo de sua atividade acadêmica, foram experimentando e selecionando as estratégias mais seguras e eficientes de acesso à informação e de mediação com os professores, colegas e demais agentes envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

^{*} Graduanda do Curso de Psicologia na Universidade do Oeste de Santa Catarina; carolinee-borgees@hotmail.com

^{**} Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professor na Universidade do Oeste de Santa Catarina; dagmar.barreto@unoesc.edu.br

O propósito com esta pesquisa foi descrever as estratégias de acessibilidade de alunos com deficiência visual no contexto do ensino superior. Entre os aspectos investigados, algumas categorias de análise se destacam: as condições de ensino/aprendizagem dos alunos com deficiência no âmbito do ensino superior; as estratégias utilizadas pelos alunos no processo de aquisição das informações no ambiente da sala de aula e, por fim, as estratégias e a utilização de recursos tecnológicos (programas e aplicativos) para consulta, pesquisa e estudos relacionados à atividade acadêmica desses alunos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A sociedade brasileira promoveu, ao longo da história recente, uma série de mecanismos legais que amparam as condições mínimas de acessibilidade e inclusão no ambiente escolar nos mais diferentes níveis de ensino. No que se refere ao ensino superior, a ideia de responsabilidade social que se caracteriza como premissa para o processo de inclusão se consubstancia por meio de dois dispositivos legais: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n. 9.394/96 e a Lei n. 10.861/04, que trata do Sinaes.

A LDB n. 9.394/96, em seu Capítulo IV, Art. 43, define as finalidades da educação superior, entre outras, as dispostas nos incisos VI e VII:

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1996).

Por sua vez, a Lei n. 10.861/04, que trata do Sinaes e, em seu Art. 1º, - § 1º explicita, entre as suas finalidades:

[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004).

Entretanto, por mais que haja o amparo legal, nem sempre o direito ao ensino, à pesquisa e à extensão é garantido aos alunos com deficiência de maneira justa e igualitária. Nem sempre as instituições de ensino estabelecem um plano de ação que garanta a acessibilidade e a inclusão de seus alunos. O próprio Ministério da Educação, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, descreveu algumas referências de acessibilidade na educação superior.

No documento Referências de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação *In Loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) sugere que no encadeamento das recomendações legais da educação inclusiva é possível perceber o aprofundamento da discussão sobre o direito de todos à educação, o que favorece a problematização acerca das práticas educacionais que resultam na desigualdade social de diversos grupos (BRASIL, 2011).

Nesse contexto, os responsáveis pela elaboração do documento indicam que uma instituição de educação superior socialmente responsável é aquela que:

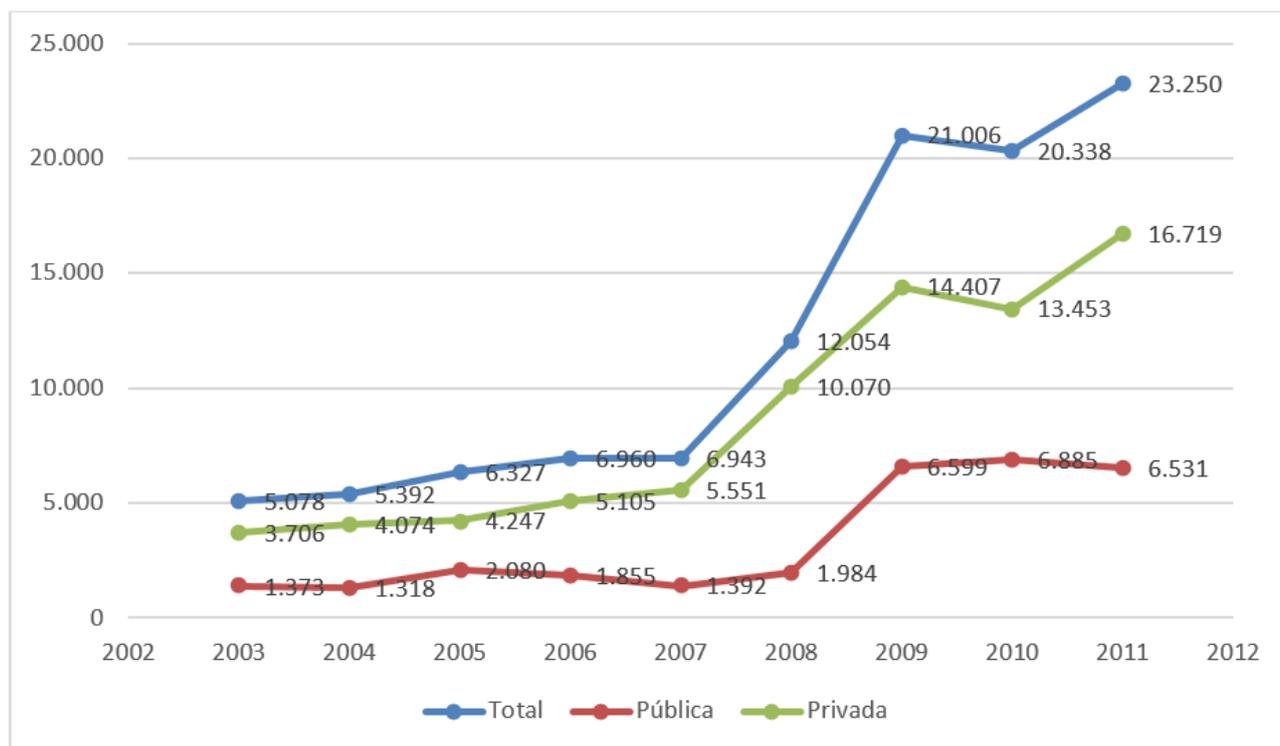
1. Identifica as potencialidades e vulnerabilidades sociais, econômicas e culturais, de sua realidade local e global a fim de promover a inclusão plena;
2. Estabelece metas e organiza estratégias para o enfrentamento e superação das fragilidades constatadas;
3. Pratica a intersetorialidade e a transversalidade da educação especial;

4. Reconhece a necessidade de mudança cultural e investe no desenvolvimento de ações de formação continuada para a inclusão, envolvendo os professores e toda a comunidade acadêmica; e
5. Promove acessibilidade, em seu sentido pleno, não só aos estudantes com deficiência, transbordos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, mas aos professores, funcionários e à população que frequenta a instituição e se beneficia de alguma forma de seus serviços. (BRASIL, 2011, p. 12).

Outro documento importante relacionado ao processo de inclusão é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, que ao se referir ao ensino superior sugere que a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes. Essas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, os quais devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 1994).

É fato que o número de alunos com deficiência matriculados em instituições de ensino superior tem aumentado exponencialmente. O Gráfico 1 permite a análise acerca da evolução da matrícula desses estudantes nos cursos de graduação (presencial e a distância), por categoria administrativa e por tipo de deficiência

Gráfico 1 – Evolução das matrículas de estudantes com deficiência na Educação Superior por esfera administrativa



Fonte: Brasil (2011).

No que se refere aos alunos com deficiência visual, foco deste trabalho, é a segunda categoria em número de matrículas nas instituições de ensino superior, ficando atrás apenas das matrículas de alunos com deficiência física. Por deficiência visual identificam-se, neste estudo, os sujeitos que apresentam redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção óptica.

Outro conceito necessário para o desenvolvimento desta pesquisa é o de acessibilidade e, em relação a esse termo, Sassaki (2002) identifica seis tipos de acessibilidade: atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática.

Acessibilidade arquitetônica: supressão dos impedimentos físicos que dificultam o acesso aos ambientes;
Acessibilidade comunicacional: supressão dos impedimentos de comunicação interpessoal e escrita;
Acessibilidade metodológica: supressão dos impedimentos nos métodos pedagógicos e técnicas de estudos;
Acessibilidade instrumental: supressão dos impedimentos nos instrumentos, utensílios e ferramentas pedagógicas;
Acessibilidade programática: supressão dos impedimentos ocultos em políticas públicas;
Acessibilidade atitudinal: supressão de atitudes preconceituosas, estigmatizantes, estereotipadas e discriminatórias. (SASSAKI, 2002).

Tendo como referência os conceitos de acessibilidade explicitados é que se desenvolveu o presente estudo, ou, ainda, como afirma Melo (2013), compreender que a condição de deficiência visual vivida por alunos no ensino superior deve ser vista na articulação entre a questão biológica e as políticas de inclusão sociocultural é fator determinante. Embora não enxerguem o mundo por meio da visão, as pessoas com deficiência visual continuam a ser sujeitos de percepção com características próprias de ser, estar e perceber o mundo, recuperando, assim, por meio de outros sentidos ou dos sistemas sensoriais remanescentes, o mundo que os rodeia. Portanto, a falta de visão não impede que o ser humano continue a ver o mundo, embora de forma subjetivamente diferente.

3 MÉTODO

Como método, optou-se por pesquisa de campo, de caráter descritivo, utilizando uma entrevista com roteiro semiestruturado para a coleta de dados dos alunos com deficiência visual.

A amostra teve a participação de quatro estudantes universitários com deficiência visual. O critério de seleção dos participantes foi a concordância em responder à entrevista após consulta prévia aos sete alunos com deficiência visual regularmente ativos nos cursos de graduação da instituição de ensino superior. Um dos componentes da amostra foi excluído em virtude do baixo aproveitamento das respostas, expressadas em sua maioria com opções “sim” ou “não” e sem apresentar argumentação.

Após a transcrição dos dados obtidos na entrevista, estes foram analisados por meio do método de análise do discurso, buscando compreender a realidade do cotidiano de acadêmicos com deficiência.

Para efeito de identificação dos sujeitos utilizaram-se as seguintes nomenclaturas: acadêmicos com deficiência E1, E2 e E3.

4 RESULTADOS

Para efeitos de caracterização dos participantes da pesquisa solicitou-se na entrevista que cada um dos sujeitos se autocaracterizassem em relação ao seu quadro de deficiência visual e, nesse contexto, os sujeitos assim se referiram:

E1: Glaucoma, uma doença que aumenta a pressão do olho, foi descoberta quando completei seis meses de idade, fiz cirurgias para controlar a pressão do olho, mas como foi descoberto tarde perdi parte da visão. Até os nove anos eu tinha apenas 40% da capacidade do olho direito e 20% do olho esquerdo, mas sofri um acidente, levando uma forte pancada no olho, e resultou em uma perda total da visão, enxergando apenas vultos do olho direito.
E2: Nasci com a deficiência.
E3: Deficiência visual/cegueira. (informações verbais).

Dos quatro entrevistados apenas um possui baixa visão. O restante apresenta cegueira, visto que o E1 teve complicações após um acidente, deixando-o com perda total da visão.

Quanto aos motivos da escolha do curso superior, os sujeitos participantes comentaram que:

E1: Na escolha do curso superior não tive influência da família, no ensino médio eu gostava de filosofia e sociologia e, então, busquei algo nesse sentido.

E2: É uma área que eu sempre gostei, o que motivou a escolha foram vários fatores, entre eles, que é uma área que vou poder exercer sem grandes dificuldades. Também tem o meu irmão que é formado em Direito e, querendo ou não, influencia um pouquinho, até porque a gente tem mais conhecimento daí sobre.

E3: Em pedagogia teve influência de amigos, mas informática foi sonho mesmo. (informações verbais).

O processo de interação em sala de aula e as dinâmicas vivenciadas pelos alunos em relação à apresentação de trabalhos foi assim descrita pelos sujeitos participantes:

E1: No início tive pouco contato, muitos falaram que eu poderia contar no que fosse preciso, mas nem todos ajudaram, me aproximei mais de algumas pessoas, com alguns ficou por aquilo, e com outros obtive mais ajuda. Sinto dificuldade para apresentar trabalhos, as pessoas em geral têm o *slide* para ler quando esquecem algo, e eu já não tenho, por isso me sinto muito ansioso na hora de apresentar.

E2: Normal, nisso não tem grande dificuldade, em grupos são feitos em grupo, e individual não avaliativo posso fazer em dupla, avaliativo é a prova oral pelo professor.

E3: Participo das aulas, apresento trabalhos, porém, a interação com os demais colegas não é muito boa. Vou falar da Pedagogia por ser presencial. Muitas panelinhas vindas do ensino médio fizeram com que eu não tivesse um bom relacionamento em sala.

Tento me misturar, mas a maioria das pessoas são de opiniões ativas, não admitem *feedbacks*, enfim, eles até oferecem ajuda para alguma coisa, mas não é de livre espontânea vontade, e sim com um sentimento de obrigação, por ter uma pessoa com deficiência em sala de aula. Trabalhos em grupo que é difícil, pois como falei acima, as pessoas não querem ser separadas. (informações verbais).

A princípio os sujeitos afirmaram não identificar grandes dificuldades nesse quesito, porém, a descrição de que nem todos os alunos se dispõem efetivamente para ajudar nas atividades cotidianas da sala de aula e a identificação de que o problema nem sempre é o trabalho individual, mas em grupos, em que seus colegas já formaram seus grupos e nem sempre estão dispostos a incluir novos participantes.

Pesquisas estudaram as atitudes de alunos do ensino regular com colegas com deficiências frente às posturas dos professores dessas turmas em sala de aula e revelaram que tanto os indivíduos com deficiências quanto os sem deficiências desejaram que todos participassem das mesmas atividades, individuais ou grupais, bem como desejavam a utilização dos mesmos livros. Dessa forma, não se importavam com as adaptações dos métodos por parte dos professores ou mesmo com a demanda maior de tempo nas explicações para os que apresentavam maiores dificuldades, inclusive tendo prazer em auxiliar os colegas (CROCHÍK et al., 2009).

Ao serem inqueridos se recebem algum tipo de auxílio em atividades propostas pelo professores dentro do contexto da sala de aula ou mesmo em relação às atividades extracurriculares, os participantes da pesquisa indicaram que:

E1: Geralmente minha mãe faz leitura para mim, e quem me auxilia nas pesquisas de materiais acadêmicos é uma funcionária da biblioteca, que desde o início, quando eu não tinha o leitor de tela ela me ajudava, dizendo qual é o assunto e ela me encaminha o material, eu começo a montar e mostro para alguém, colega, para ver como que está ficando.

E2: Em alguns sentidos sim, em outros não... o que está mais ao alcance deles que não precise investimento sim, geralmente sim.

E3: Não é necessário, pois a pessoa cega não necessita de um segundo professor, o qual as pessoas o interpretam de outras maneiras. O próprio professor titular faz este papel: dita o que é passado no quadro, descreve as imagens dos *slides* que são passados, os alunos descrevem as imagens quando fazem trabalhos com slides, enfim, as avaliações faço em sala de aula mesmo, sem separar dos alunos, os professores pegam o meu *pen drive*, salvam a prova nele, e eu faço ela no *notebook*, depois eles imprimem a prova e apagam do *pen drive*, por recomendação minha, para evitar qualquer tipo de plágio. (informações verbais).

É evidente e compreensivo que não haja uma padronização em relação à necessidade de auxílio de terceiros, uma vez que cada um tem personalidade distinta e em tese também busca a sua própria autono-

mia. Entretanto, em alguns casos, a busca de autonomia vai de encontro a comportamentos protecionistas de familiares e às vezes até mesmo de colegas, que no afã de ajudar acabam por realizar tarefas que o sujeito com deficiência tem condições de realizar sozinho.

Sobre a convivência com as diferenças comenta Pereira (2006, p. 5-6):

Outro aspecto que consideramos fundamental para a inclusão desse aluno na universidade é a sensibilização da comunidade acadêmica para as questões referentes à diversidade humana, para o entendimento, valorização e respeito a essa diferença facilitando, assim, a convivência de todos da forma mais adequada possível.

Quanto às eventuais dificuldades em relação ao desempenho acadêmico e ao processo de aprendizagem dos conteúdos, os sujeitos sugerem que:

E1: Sinto bastante dificuldade quando os professores apresentam *slides* com imagens e, muitas vezes, não descrevem o que está aparecendo, daí dificulta para mim. Na prova oral tenho muitas dificuldades quando a questão é descritiva, pois alguns professores exigem que eu dite a resposta, alguns aceitam que eu faça a verbalização e outros querem que em uma única vez eu fale a resposta. O material do xerox é bem difícil, preciso sempre que alguém leia para mim. Os filmes que os professores passam também muitas vezes são legendados, material que os professores utilizam, filmes, cópias de livros aonde o leitor não consegue ler, quando é em PowerPoint é mais tranquilo, quando há menos de 50% de imagens o leitor lê, se tiver mais ele não lê, só reconhece a imagens, materiais digitalizados não podem ser lidos.

E2: Falta de material braille.

E3: Apenas uma dificuldade que é a falta de materiais em braille, e de capacitação para os professores, no que diz respeito ao braille, libras e outros.

Algumas questões comuns na percepção dos alunos com deficiência visual estão ligadas à falta de material em braille e à pouca capacitação dos professores para tratar com os recursos de acessibilidade assertiva no âmbito da sala de aula. A questão da limitação do material em braille tem alguns elementos que precisam ser discutidos: primeiro, o fato de que ainda há pouco material técnico relacionado a cada uma das disciplinas acadêmicas no formato braille; outro aspecto diz respeito à efetiva utilização desse material, uma vez que muitos alunos com deficiência visual optam por não fazer o uso do braille no dia a dia do seu processo de aprendizagem, alegando a demora para efetivar a leitura e a precariedade do material disponibilizado. Pode-se ainda destacar o baixo investimento dos organismos governamentais e das instituições privadas em relação à produção e à aquisição do material em braille. Quantas são as instituições que disponibilizam à comunidade acadêmica ferramentas como uma impressora braille?

Já a questão relacionada à falta de capacitação dos professores parece que também está vinculada ao baixo investimento que as instituições dispõem para a formação de quadros no que se refere ao processo inclusivo. Por mais que aconteçam cursos, palestras e eventos não há um planejamento efetivo que possa lidar com tais questões em médio e longo prazos. Em geral, o que se percebe é a política de atender às demandas emergenciais e nada além disso.

Nas palavras de Rodrigues (2004 apud VITALIANO, 2007), em pesquisa feita sobre a necessidade de preparação pedagógica para professores que ministravam aulas em cursos de licenciatura, uma condição que por vezes atrapalha o atendimento das necessidades especiais demandadas por alguns alunos é a questão de o professor universitário acreditar na impossibilidade de alterações no programa de sua disciplina. Eles deveriam diversificar esse programa, refletindo na possibilidade de outras formas de ministrar suas aulas, bem como de avaliar a aprendizagem dos alunos.

É necessária a reformulação dos procedimentos didáticos em todos os níveis de educação, inclusive no superior, para que o processo de inclusão ocorra de fato e sem maiores contratempos. Segundo Bernstein (1996 apud MENDES, 2008, p. 109):

Ao mesmo tempo, tal como acontece com outras pessoas, quando eu lia (mas, mais frequentemente, quando eu viajava), dava-me conta de que o que temos para explicar a respeito dos sistemas educa-

cionais, das práticas educacionais, não é tão diferentes elas são, de uma sociedade para outra, mas sua avassaladora similaridade. Independente da ideologia dominante, a característica mais notável dos princípios e práticas educacionais é a sua avassaladora e impressionante uniformidade.

Quando solicitados a responder se a universidade está preparada para receber e fornecer suporte aos acadêmicos que possuem deficiência, os alunos assim comentaram:

E1: Não. Acredito que deveriam disponibilizar materiais mais atualizados em braille, e também na questão de acessibilidade das rampas.

E2: A universidade foi resistente, eu até brinco que eles achavam que eu iria desistir, no início eles diziam vamos ver como faz, poucas adaptações ocorreram, o chão adaptado em meio termo, as escadas dificultam, e eu estudo nessa mesma sala durante toda a faculdade, porque é ao lado do banheiro e cantina. Agora que estão a um ano atrás começaram a comprar alguns livros de direito em áudio e a coordenadora está providenciando livros para o TCC. Não é como ir à biblioteca e escolher, é mais limitado, mas pelo menos agora tem alguma coisa, passaram três anos sem ter nada.

E3: Não gosto de achismo, mas, penso que a universidade, pelo menos nos campos que eu conheço, tem condições arquitetônicas em condições de receber alunos com qualquer tipo de deficiência. Quanto à questão intérpretes para surdos, impressoras ou máquina braille para cegos, transcritor braille, e outros professores, isso realmente a universidade deve sim se preparar. (informações verbais).

Os alunos identificam que melhorias em relação à acessibilidade estão sendo promovidas ao longo do tempo, mas destacam que esse processo é muito lento e está muito longe do ideal.

Entre as sugestões e críticas para que o processo de ensino-aprendizagem possa se efetivar, os sujeitos indicam a necessidade da aquisição de livros em braille, da impressora braille, material didático em áudio e maior acessibilidade na *web*. Sobre o uso da internet, um dos aspectos destacados refere-se à necessidade de adaptar os *sites* de âmbito acadêmico, uma vez que mesmo tendo botões de acessibilidade (atalhos), estes não funcionam adequadamente.

Ao se referirem à *homepage* da Unoesc e ao Sistema Acadêmico, os alunos indicaram:

E1: As dificuldades que encontro para acessar o portal é de que tenho dificuldade para consultar notas, pois neste momento meu leitor de tela fica lendo outros caracteres e demora para ler as notas. Já ao acessar o menu para participar do fórum e do menu de avaliação institucional, o leitor de tela reconhece como uma tela em branco, sendo assim, não consigo participar destes modos de interação.

E2: Na verdade não consigo acessar com nenhum dos programas que eu conheço em acessibilidade, e a consulta de notas recebo geralmente a ajuda de alguém.

E3: Se você [...] falar com [...] os professores, vai ver o antes de minha chegada e agora na Unoesc, pois foi preciso eu falar para começar a mudarem as coisas no *site* da Unoesc. Tudo começou a ficar mais acessível e eu fiz até dois manuais em áudio para o cego acessar com autonomia o Site da Unoesc, tanto usando o Leitor NVDA com Navegador Firefox como utilizando o Sistema Dosvox com o Navegador Webvox. (informações verbais).

Recentemente a universidade passou por um processo de ajustes nos sistema de acolhimento dos alunos com deficiência, mais especificamente na identificação e caracterização desses alunos a partir do processo de matrículas com a secretaria acadêmica. Tal processo teve algumas etapas que envolveram instâncias acadêmicas como a própria Secretaria Acadêmica, o Serviço de Apoio ao Estudante e a Coordenadoria Pedagógica. Como fluxo para o desenvolvimento desse processo de acolhimento podem-se destacar das atividades: autoidentificação do aluno com deficiência; inclusão no Sistema Unoesc com autorização de acesso aos setores interessados: coordenadores de Curso, Coordenadoria Pedagógica, SAE e outros; estabelecimento de contatos com CTIC – Audiovisual – Bibliotecas e outros para atendimento de demandas específicas; acompanhamento sistemático pelo SAE ou por setor específico; acompanhamento psicopedagógico quando necessário.

Apesar de atuar em prol das melhorias do acolhimento aos alunos com deficiência, a Instituição não chega a manter planejamento e ações efetivas no que se refere ao processo de acessibilidade e inclusão dos alunos. Quanto às condições de acesso à informação e à inclusão na Instituição, os alunos destacaram pontos positivos e negativos, como os que seguem:

E1: O acesso é razoável, eles deveriam explicar melhor para nós quando entramos na Universidade como funcionam as coisas, eu não tive uma explicação, não me mostraram como seria a sala, também não perguntaram qual seria o método mais adequado para mim entender.

E2: Agora está começando a melhorar um pouco.

E3: Em questão de inclusão, as pessoas precisam ter mais espontaneidade para ajudar quando for preciso, e não ajudar por ajudar, simplesmente por ter uma pessoa com deficiência na universidade. Quanto o acesso à informação, ainda não encontramos muito acesso, por exemplo, nas bibliotecas da Unesco não têm livros em braille, nem revistas ou jornais, ou áudio books, que o cego utiliza. (informações verbais).

Como informado anteriormente, algumas modificações no processo de acolhimento foram realizadas a fim de sanar as dificuldades descritas por E1 quanto ao seu processo de ingresso.

Para além das condições disponibilizadas pela Instituição em termos de acessibilidade virtual, os alunos com deficiência visual destacaram as condições de autonomia para estudar, pesquisar e produzir textos, tanto no ambiente da Universidade quanto nos demais ambientes de estudo.

E1: Eu uso o meu leitor de tela e durante as aulas eu uso um gravador onde escuto em casa para estudar para as provas, às vezes demoro três dias para entender o conteúdo, falta muito pouca as aulas para não me prejudicar, os textos sempre peço para alguém dar uma olhada para ver como está e as pesquisas eu geralmente coloco no Google o que eu preciso e vem muito *blog* e artigos, às vezes bons, outras nem tanto.

E2: Relativo, eu tenho um programa que utilizo para digitar, para produzir textos, eu digito então, mas se precisar fazer alguma citação ou algo do tipo, daí como não tem em áudio aí eu preciso de ajuda, os programas de computador não são tão bons, pelo menos os que tenho acesso, mais limitados.

E3: Sim, autonomia total. (informações verbais).

Mais especificamente em relação aos recursos tecnológicos e de informática destacam as seguintes estratégias de busca e de uso das ferramentas eletrônicas e virtuais:

E1: Através de um grupo que tenho no facebook e whats com deficientes visuais trocamos informações, hoje eu uso o leitor de tela NVDA (um leitor de tela em código aberto para Windows que vai ajudar a deficientes visuais na inclusão digital. NVDA é uma plataforma para a leitura de tela, um programa em código aberto que vai “ler” o Windows para facilitar a inclusão digital de deficientes visuais).

E2: Eu utilizo DOSVOX basicamente para digitar. Eu conversei com o diretor da instituição daí ele disse que não tinha os equipamentos, daí o professor disse: “[...] não, tudo bem, eu imprimo fora da universidade”, daí o diretor disse que não que iria abrir precedentes, que eu iria querer em outras disciplinas também, e dificultou. Acredito que seja preconceito, isso não era motivo, ele poderia ter facilitado algo que dificultou.

E3: Se for colocar tudo aqui, vamos demorar um tempão, portanto, vamos dar uma resumidinha: Sistema Windows; utilizo o leitor de telas NVDA, que sua função é ler a tela do computador em conjunto com uma voz Sintética instalada no sistema operacional; Navegador Firefox, Para navegar na Internet; Word, para Editar textos; PowerPoint, para fazer apresentações interativas; Excel, para fazer planilhas de cálculo; Thunderbird; Cliente de *e-mail*; Avast como antivírus; Sistema Linux Ubuntu; Leitor de Telas Orca; Navegador Firefox; Editor de textos Office Writer; Planilha de Cálculos Office Calc. (informações verbais).

Nesse contexto, os alunos participantes da pesquisa destacaram ainda as ferramentas que usam para a busca de informações na internet, descrevendo algumas limitações como a apresentada por E1 ao se referir aos *sites* de pesquisa que utiliza para organizar seus trabalhos acadêmicos.

Tenho muitas dificuldades para pesquisar, nos periódicos Capes existe um menu de acessibilidade, mas quando é ativado, nada muda, ele não lê, isso dificulta, não consigo achar um material lá. O Scielo é um pouquinho mais fácil, mas pouco, restringe muito, [...] então acabo jogando um assunto no Google e o que aparece são assuntos de *blogs*, um texto de qualquer pessoa, não é um material confiável.” (informação verbal).

De fato os *sites* de busca, em especial os bancos de dados que disponibilizam artigos científicos, dissertações e teses, restringem muito o uso de ferramentas de leitura de texto. Alguns até disponibilizam

atalhos como recurso de acessibilidade, porém não há uma preocupação efetiva em garantir o acesso aos alunos com deficiência visual.

Ao se referirem ao ambiente universitário, os alunos indicaram algumas sugestões para melhorar e garantir o acesso à informação para deficientes visuais:

E1: Os professores devem entender as dificuldades e melhorar a maneira de como aplicam as provas orais, também adiantando os conteúdos, evitar filmes legendados, *slides* com imagens, e os *sites* deveriam realmente ter acessibilidade, porque quando vou no menu é muito difícil encontrar essa acessibilidade.

E2: Eu acho que a questão da acessibilidade em algumas áreas, até mesmo para outras deficiências, como para cadeirantes aqui no segundo andar não tem acesso para eles. A questão de material também, agora que está melhorando, até mesmo como um incentivo para quem está entrando.

E3: Mais acessibilidade em veículos *on-line*: *sites* de televisão, jornais, rádios e revistas, áudio descrição de imagens e vídeos, tradução para o Português para cegos que não entendem outros idiomas. (informações verbais).

Por fim, em relação às expectativas dos sujeitos participantes no que se refere ao mercado de trabalho, estes afirmaram:

E1: Quero me preparar para fazer concursos e atuar na área pública, existem cotas para pessoas com deficiência, assim, vai ser mais fácil para mim pela segurança e instabilidade.

E2: Pela escolha de notas já consegui no cartório, a outra estagiária me auxilia, mas teria que ser feito algumas adaptações sim, mas ainda não tem feito não, têm algumas tarefas que não consigo fazer, o ideal seria que o computador fizesse a leitura, mas não faz.

E3: Eu acredito que não devo entrar no mercado de trabalho como uma pessoa especial como todos falam, mas sim como uma pessoa normal, que busca o sustento e o pão de cada dia. Creio que assim, não só eu, mas muitas pessoas vão ser aceitas. Nessa questão de especial, acredito que cada ser humano é especial para quem o considera especial. (informações verbais).

O papel das cotas como acesso ao mercado de trabalho também foi percebido como facilitador na pesquisa realizada anteriormente com os próprios acadêmicos sobre a percepção destes quanto à inclusão e ao mercado de trabalho. Em suas respostas, já havia ficado evidente o reconhecimento dos acadêmicos quanto ao amparo legal existente para sua participação no mercado de trabalho por meio dos concursos públicos:

Percebe-se, na fala dos sujeitos, a importância da garantia de vagas por cotas no setor público para que possam inserir-se no mercado de trabalho. O sistema de cotas iniciou-se no Brasil pela garantia de vagas às pessoas com deficiência através do serviço público, sendo somente mais tarde estendida essa garantia para as empresas privadas. (BARRETO; FERREIRA, 2013, p. 23).

Ainda há uma distância entre as expectativas e as possibilidades reais em relação ao ingresso no mercado de trabalho, mas essa limitação está presente na maioria dos universitários, independente de ter ou não algum tipo de deficiência. Há que se destacar dois aspectos na percepção dos sujeitos entrevistados: a consciência de poder fazer uso dos recursos legais em relação ao sistema de cotas destinados a pessoas com deficiência e a busca de emancipação, caracterizada pela compreensão de que o melhor é a busca pela competência, enfrentando de frente as restrições da deficiência sem usá-la como desculpa para todas as intercorrências da vida.

5 CONCLUSÃO

Os alunos participantes da pesquisa apresentam opiniões distintas, mas também identificam elementos comuns no que se refere às necessidades da Instituição para efetivar o processo de acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência no contexto universitário.

Um dos aspectos destacados é a falta de material de apoio, em especial a precariedade de livros técnicos em braille nas diferentes áreas do conhecimento. Mesmo identificando que nem todos os alunos

com deficiência visual se utilizam regularmente da leitura em braile, a disponibilidade de materiais poderia ser um incremento importante para o processo de aprendizagem.

Outra crítica presente no discurso dos alunos participantes é a identificação de que a formação do professor é limitada no que se refere às metodologias inclusivas. Nem sempre há empenho dos professores para mudar suas práticas pedagógicas e em certa medida a ideia de normalização acaba por camuflar dificuldades reais no trato das atividades acadêmicas no contexto da sala de aula.

Ainda na identificação de entraves para o processo de acessibilidade que permita uma aprendizagem mais eficiente, os alunos descrevem suas dificuldades no uso de ferramentas eletrônicas e/ou virtuais para o acesso a material científico de qualidade. Os bancos de dados como Scielo e Portal Capes apresentam restrições quanto às teclas de atalhos que impedem o efetivo acesso. Isso acontece com a *homepage* da Instituição, que apresenta em seu sistema acadêmico algumas limitações as quais exigem do aluno com deficiência visual a busca por auxílio de terceiros para garantir o acesso às informações.

Por fim, entende-se que pesquisas como esta em que se propiciam condições aos sujeitos de expressarem sua opiniões, críticas e sugestões acerca do processo de acessibilidade e inclusão deveriam ser uma constante e relacionada ao processo de acompanhamento desses alunos. Identificar os alunos como coparticipantes na gestão das ferramentas de acessibilidade e inclusão pode garantir um avanço significativo nas melhorias das condições de ensino e aprendizagem nas instituições de ensino superior.

REFERÊNCIAS

BARRETO, D. B. M.; FERREIRA, A. A. **Representação Social e Expectativas de Alunos Universitários com Deficiências sobre Trabalho**. 2013. 34 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia)–Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2013.

BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 26 fev. 2014.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC: SEESP, 1994.

BRASIL. **Referências de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação *In Loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)**. Brasília, DF: MEC: Inep, 2011. Disponível em: <http://www.ampesc.org.br/_arquivos/download/1382550379.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2014.

CROCHÍK, J. L. et al. Atitudes de professores em relação à educação inclusiva. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 29, n. 1, p. 40-59, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n1/v29n1a05.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2012.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. O papel da Universidade no contexto da política inclusiva, reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 23, n. 38, p. 345-356, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/209>>. Acesso em: 08 mar. 2013.

GOMES, C.; REY, L. G. Inclusão Escolar: Representações Compartilhadas de Profissionais da Educação acerca da Inclusão Escolar. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 27, n. 3, p. 406-417, set. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n3/v27n3a04.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2012.

MELO, F. R. L. V. (Org.). **Inclusão no ensino superior: docência e necessidades especiais**. Natal: Ed. UFRN, 2013.

MENDES, G. M. L. Nas trilhas da Exclusão: as práticas curriculares de sala de aula como objeto de estudo. In: MENDES, G. M. L. **Deficiência e Escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2008.

PEREIRA, M. M. A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino superior. **UNirevista**, v. 1 n. 2, abr. 2006. Disponível em: <http://www.faders.rs.gov.br/uploads/1208183558UNIrev_Pereira.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2013.

SASSAKI, R. K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano 5, n. 24, p. 6-9, jan./fev. 2002.

VITALIANO, C. R. Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 13, n. 13, p. 399-414, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v13n3/a07v13n3.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2013.

